

DE MECA AO MAR VERMELHO: A DISPUTA PELOS CORREDORES ESTRATÉGICOS

Por John Calabrese*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

O Pacto de Meca transforma a segurança da Arábia Saudita: da defesa do território à proteção de oleodutos, portos e rotas marítimas, Riad articula com a Turquia e o Paquistão para reduzir vulnerabilidades e ampliar sua autonomia estratégica.

Quando a Arábia Saudita, a Turquia e o Paquistão concordaram com um pacto de defesa mútua em agosto, a iniciativa foi vista principalmente como um compromisso político. A “Aliança de Meca”, como ficou conhecida, estipulava que um ataque armado contra um dos países seria tratado como um ataque contra os três, acompanhado de uma cooperação militar mais profunda.

Esse pacto já não é apenas uma promessa no papel. Em questão de semanas, os três governos começaram a estruturar as instituições e os mecanismos militares necessários para dar sentido prático a esse compromisso.

Com os ataques dos Houthis continuando a ameaçar o território saudita e a infraestrutura do Mar Vermelho, a Turquia declarou, em 19 de setembro, estar preparada para atender às necessidades militares da Arábia Saudita no âmbito do pacto. Quatro dias depois, o Paquistão nomeou o primeiro secretário-geral para a aliança entre os três países, oficialmente denominada Acordo de Defesa Conjunta de Meca.

Em 25 de setembro, os ministros das Relações Exteriores da Arábia Saudita, da Turquia e do Paquistão reuniram-se à margem da Assembleia Geral da ONU, avaliaram os progressos na institucionalização do acordo e convocaram uma reunião urgente de seus chefes militares. Esses comandantes se reuniram em Riad, no mesmo dia, para discutir o compartilhamento de inteligência, a coordenação militar e a integração de capacidades.

Longe de serem apenas questões rotineiras de diplomacia e segurança, esses desdobramentos conferem ao pacto de Meca uma importância que vai além da defesa territorial em uma região assolada por inúmeros desafios e conflitos, do Irã ao Iêmen. Para a Arábia Saudita, que desempenhou o papel de liderança na articulação do pacto, o acordo responde a uma necessidade estratégica premente: fortalecer a capacidade do Reino de dissuadir ameaças ao seu território e ao corredor do Mar Vermelho, reduzindo, ao mesmo tempo, sua dependência de garantias de segurança externas.

De fato, proteger o Reino significa, cada vez mais, salvaguardar não apenas seu território e espaço aéreo, mas também os corredores marítimos pelos quais sua economia alcança os mercados globais.

DA DEFESA TERRITORIAL À SEGURANÇA DOS CORREDORES

O acordo de Meca surgiu num momento em que a Arábia Saudita e outros Estados do Golfo enfrentavam ameaças crescentes de mísseis e drones ligadas ao conflito com o Irã e aos ataques dos Houthis provenientes do Iêmen.

No entanto, defender o território saudita é apenas parte do problema. Durante a atual crise com o Irã, a Arábia Saudita teve que depender mais fortemente de sua costa oeste e do Mar Vermelho como rota alternativa para exportações de energia, depois que o acesso pelo Estreito de Ormuz ficou severamente restrito. O oleoduto Leste-Oeste transporta petróleo bruto saudita através do reino até o porto de Yanbu, permitindo que o petróleo chegue ao Mar Vermelho sem passar por Ormuz. No entanto, à medida que essa rota ganha importância, o estreito de Bab el-Mandeb passa a representar uma vulnerabilidade estratégica.

É aqui que dois acontecimentos, que à primeira vista poderiam parecer não relacionados, começam a se encaixar. Em 30 de julho, a Arábia Saudita e outros 13 países anunciaram

uma Aliança Multinacional de Defesa Marítima para proteger a navegação em Bab el-Mandeb, no Mar Vermelho e no Golfo de Aden. A Turquia e o Paquistão, membros dessa coalizão marítima, ajudaram a lançar o Pacto de Meca poucos dias depois.

A Aliança de Meca: Paquistão, Arábia Saudita e Turquia

A defesa estratégica trilateral baseia-se no Artigo 5 da OTAN, que estabelece que um ataque armado contra um dos membros será considerado um ataque armado contra todos.



Turquia, Arábia Saudita e Paquistão formam o núcleo do Pacto de Meca, em uma região marcada pela importância estratégica dos estreitos de Ormuz e Bab el-Mandeb para a segurança marítima e energética.

Os dois arranjos abordam aspectos diferentes do mesmo problema estratégico. O Pacto de Meca estabelece uma estrutura para a defesa territorial e aérea; a coalizão marítima busca proteger as rotas marítimas das quais a economia da Arábia Saudita depende cada vez mais para o transporte de energia e mercadorias. A distinção entre ambos perde relevância quando um ataque a um oleoduto, porto ou navio-tanque saudita pode afetar os mesmos interesses de segurança nacional que um ataque ao espaço aéreo saudita.

A campanha dos Houthis ilustra o problema. Ataques originados no Iêmen demonstraram que a vulnerabilidade da Arábia Saudita não pode ficar restrita às suas

fronteiras. Embora um míssil ou drone direcionado à infraestrutura saudita e um ataque marítimo no Mar Vermelho envolvam armas e ambientes operacionais distintos, ambos podem comprometer a segurança econômica do reino.

Assim, a reunião trilateral de 25 de setembro ocorreu num momento em que se tornava cada vez mais difícil manter a distinção entre as vulnerabilidades territoriais e marítimas da Arábia Saudita.

PORQUE A TURQUIA É O ELO DE LIGAÇÃO

A Turquia ocupa uma posição central na interseção dessas duas vertentes de segurança. A Arábia Saudita contribui com sua geografia, recursos financeiros e um interesse direto na segurança da Península Arábica e do corredor do Mar Vermelho. O Paquistão traz laços de defesa de longa data com Riad e capacidades militares significativas.

Já a Turquia agrega uma indústria de defesa cada vez mais sofisticada, incluindo drones e outros sistemas, além de uma presença diplomática e estratégica que se estende do Mediterrâneo Oriental ao Mar Vermelho e ao Chifre da África.

Essa combinação confere a Ancara um papel potencialmente distinto. O Pacto de Meca requer países com capacidades, inteligência, coordenação e equipamentos compatíveis para que seu compromisso de defesa mútua não fique apenas no papel. A coalizão marítima enfrenta um desafio semelhante ao tentar transformar o apoio político à liberdade de navegação em uma presença de segurança sustentada.

A Turquia está em posição de contribuir para ambas as iniciativas.

As duas coalizões, no entanto, permanecem distintas. Seus membros e mandatos diferem, e não há indicação de um comando conjunto que vincule o Pacto de Meca à coalizão marítima mais ampla. Além disso, a reunião de chefes militares realizada em setembro não indica que os três países estejam preparando operações ofensivas conjuntas contra os Houthis. Até o momento, a ênfase tem recaído sobre a coordenação, a inteligência e a integração de capacidades.

Portanto, a importância do fato reside menos no surgimento de uma aliança regional nos moldes da OTAN do que na possibilidade de que iniciativas de defesa distintas comecem a reforçar umas às outras.

PLANOS DE CONTINGÊNCIA REGIONAIS

Esses desdobramentos também precisam ser analisados em relação aos Estados Unidos.

A Arábia Saudita não está substituindo sua relação de segurança de longa data com Washington por uma aliança que envolva a Turquia e o Paquistão. O Pacto de Meca não exige tal mudança, e a Arábia Saudita continua a depender fortemente das capacidades militares, do treinamento, da inteligência e da cooperação em segurança dos EUA.

No entanto, crises regionais recorrentes têm colocado essa dependência sob crescente pressão, levando Riad a buscar formas de mitigar os riscos de depender tanto das garantias de segurança dos EUA.

O que está mudando é o número de atores envolvidos na garantia da segurança no entorno do reino e a medida em que a Arábia Saudita tenta moldar esses arranjos. Assim, o Pacto de Meca pode ser entendido como uma camada adicional de segurança regional, e não como um realinhamento estratégico completo.

Há muito tempo, os Estados da região dependem de potências externas ao mesmo tempo em que buscam maior autonomia estratégica. A situação atual no Golfo Pérsico e em seu entorno reforça essa tensão, uma vez que as ameaças enfrentadas pela Arábia Saudita são cada vez mais difíceis de classificar em categorias distintas.

A mesma lógica se aplica à coalizão marítima. A presença naval dos EUA pode proteger a navegação, mas a criação de uma coalizão regional oferece à Arábia Saudita e a seus parceiros um mecanismo para assumir maior responsabilidade pela segurança das águas das quais suas economias dependem. Isso também confere à Turquia e ao Paquistão um papel mais institucionalizado em um cenário de segurança que vai além de suas fronteiras imediatas.

Ainda é incerto se esses desdobramentos constituem, de fato, uma nova arquitetura de segurança regional. As instituições são recentes, os compromissos militares ainda estão sendo definidos e a ampla composição da coalizão marítima não se traduz necessariamente em disposição para o envio de forças.

No entanto, tais desenvolvimentos são significativos, pois apontam para uma mudança na forma como a Arábia Saudita lida com suas vulnerabilidades de segurança. Defesa antimísseis, segurança marítima e infraestrutura energética não podem mais ser tratadas como questões isoladas: perturbações em uma parte da geografia estratégica do reino podem afetar rapidamente as demais.

Artigo republicado do [The Conversation](#) sob licença Creative Commons. Leia o [artigo original](#).

**Dr. John Calabrese* leciona Relações Internacionais na American University, em Washington. Ele é editor de resenhas de livros do *The Middle East Journal* e pesquisador sênior não residente do Middle East Institute (MEI). Atuou como diretor do Projeto Oriente Médio-Ásia (MAP) do MEI.
